

Jornal do Sintufjr

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVII - Nº 1351

6 a 12 de dezembro de 2021

www.sintufjr.org.br

E AGORA?

Decisão do Consuni abre nova etapa do debate sobre Ebserh

■ Os votos da sessão do Conselho Universitário não selam o destino da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) na UFRJ. Até que um eventual contrato venha a ser firmado entre a universidade e a empresa, muita água vai passar por debaixo da ponte. A maioria dos conselheiros votou pela abertura de negociações. Mas isso não deve ser entendido como um cheque em branco para que a Reitoria e os dirigentes da área de saúde da universidade negociem com a Ebserh sem que a comunidade universitária seja ouvida.

■ Essa sessão do Consuni de quinta-feira, 2 de dezembro, não honra a natureza democrática que deveria marcar as decisões do principal colegiado da UFRJ. A reunião acabou sendo a síntese de um processo feito a toque de caixa, sem espaço para um debate mais representativo. “Foi aberto um precedente muito perigoso (no Consuni) e a frustração se deve a falta de amplitude do debate com participação da comunidade



universitária”, disse Joana de Angelis, conselheira e diretora do Sintufjr.

■ Gerly Micelli, coordenadora-geral do sindicato, aponta para o futuro: “o caminho é intensificar a mobilização para defender os hospitais da universidade que é patrimônio da UFRJ e da sociedade”. Gerly disse

que o debate inoportuno relacionado a Ebserh fragiliza a universidade que deve se mobilizar, unida, na defesa de disponibilidade orçamentária e concurso.

■ “A decisão do Consuni para que se inicie negociações com a Ebserh foi resultado de um intenso trabalho da Reitoria, que,

de forma açodada e autoritária, não mediu esforços para que essa decisão saísse ao apagar das luzes de 2021”, observou Roberto Gambine, conselheiro da bancada de técnicos no Consuni. E acrescentou “ao arrepio do regimento do CONSUNI, parte dos Conselheiros foram impe-

didos de se manifestar”.

■ Nahan Rio, dirigente do DCE Mário Prata, disse que o debate sobre a Ebserh se deu a partir de “estratégias antidemocrática em todos os espaços com a perspectiva de atropelar e ignorar a possibilidade de debate com a comunidade universitária”.

A TOQUE DE CAIXA

Bastaram duas sessões do Consuni para que o martelo pela abertura de negociação com a Ebserh fosse batido

Em 2013, a contratualização da Ebserh foi objeto de intensos debates. Já na época, foram apresentados questionamentos à interferência da empresa na autonomia universitária, levando ao risco de transformação dos hospitais universitários em hospitais exclusivamente assistenciais.

Também foram tratados os problemas advindos da criação de um novo vínculo trabalhista: a Reitoria de então decidiu não aderir à empresa. Agora, em 28 de setembro, a Reitoria da UFRJ enviou à Comissão de Desenvolvimento do Conselho Universitário (Consuni) um relatório sobre a Ebserh. No dia 2 de dezembro, a autorização para a negociação foi concedida.



SALA DO CONSUNI. Movimento organizado contra Ebserh

‘Negociações em torno do quê?’

Roberto Gambine, da banca dos técnicos no Consuni e ex-pró-reitor da UFRJ, levanta questões que ficaram submersas nas duas sessões do Consuni para discutir a autorização para negociar com a Ebserh. “Negociações em torno do quê? Qual o modelo de contratualização? Por qual prazo de vigência? Durante sua vigência, quais serão os compromissos que a Ebserh assumirá com a UFRJ e sua Comunidade Universitária?”

Mais indagações: “Qual será a disponibilidade de recursos orçamentários? Quantos concursos? Quantas vagas? Para quais cargos? Como ficam os profissionais RJU? E o pessoal extraquadro? E a infraestrutura de nossas Unidades Hospitalares? Os compromissos da EBSEH alcançarão todas as Unidades de Saúde do Complexo Hospitalar da UFRJ? Ou só o que interessar a EBSEH? Como se dará a gestão da contratualização, seu acompanhamento e sua fiscalização?”

Roberto Gambine observa que “num cenário de brutal escassez de recursos e de restrições orçamentárias, que veremos logo a seguir nas próximas sessões do Consuni, quando tratarmos do orçamento de 2022, a Ebserh poderá prover as demandas inadiáveis de nossas unidades hospitalares, uma vez que estamos falando do mesmo governo?”

“Todas essas questões poderiam e deveriam ter sido respondidas antes de se aventar a possibilidade de adesão”, ele diz.

Empresa não é a solução

1 No curso desses anos, a Ebserh assumiu a gestão de várias unidades de saúde de universidades federais. Os relatos das experiências em várias dessas instituições (registrados em reportagens do Jornal do SintufRJ) só confirmam as críticas que antecederam à implantação da empresa.

2 O viés assistencial dos hospitais administrados pela Ebserh afastou o caráter de hos-

pitais-escola referenciados no ensino, na pesquisa e na extensão.

3 A perspectiva produtivista e gerencial estabelece metas de maximização de receitas muitas vezes contrariando as necessidades acadêmicas.

4 O modelo de gestão fere diretamente a autonomia universitária, uma vez que os processos de decisão nas mãos da empresa tiram das uni-

dades acadêmicas o seu poder de determinar as prioridades exigidas para a formação dos alunos. O método da empresa é de ações centralizadas, e os conselhos consultivos não têm poder de deliberação.

5 Nas relações de trabalho, a chegada da Ebserh na gestão dos hospitais resultou num prontuário de crises, com sobrecarga de trabalho, conflitos pela existência de vínculos empregatícios diferentes e adoecimentos.

SintufRJ
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE

Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam), Marisa Araujo e Paulo César dos S. Marinho / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Equipe de Edição:** Ana de Angelis, Bernardo Cotrim e L. Maranhão / **Reportagem:** Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / **Social Mídia:** Lucas Azevedo / **Projeto Gráfico:** Jamil Malafaia / **Diagramação:** Luis Fernando Couto, Edilson Soares Martins e Jamil Malafaia / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem:** 1000 exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufRJ.org.br.

CONQUISTA HISTÓRICA

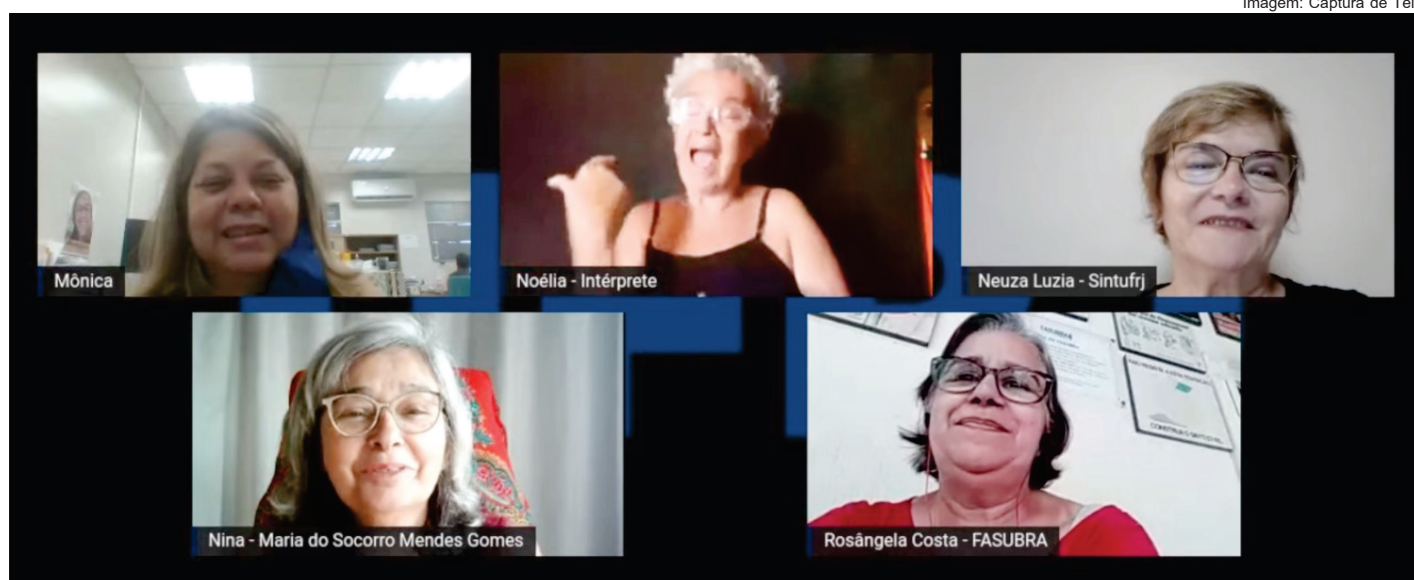
Plano de carreira que se aproxima das duas décadas é tema do Sintae

O que representa, hoje, para a categoria a carreira conquistada há 16 anos? Em quase duas décadas, o mundo, o país, as universidades federais brasileiras já não são os mesmos, assim como as necessidades e expectativas de cada servidora e servidor também são outras.

Mas para levantar a bola para essa discussão do que dar respostas prontas ao questionamento é que o tema do 9º Seminário de Integração dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFRJ (Sintae) foi “XVI anos de PCCTAE: o que ficou?”.

A mesa desse debate abriu os trabalhos do Sintae, evento realizado de 29 de novembro a 3 de dezembro, virtualmente. Participaram a coordenadora-geral do Sintufjrj Neuza Luzia, que apontou caminhos para a necessária atualização do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE); a dirigente da Fasubra, Rosângela Costa; e a coordenadora de Gestão da UnB, Maria do Socorro Mendes Gomes (Nina).

O debate foi mediado pela assessora de gabinete da Pró-Reitoria de Pessoal, Mônica Marques.



SEMINÁRIO VIRTUAL. Mesa de abertura do Sintae

Resgate necessário

Nina relembrou os principais momentos do processo de negociação que culminaram em 2005 com a carreira que temos hoje. Na época, ela fazia parte da equipe do MEC no governo do PT. “O desafio era

muito grande, porque estávamos no primeiro mandato do presidente Lula”.

Ela faz um relato sucinto da década de 1990, quando não havia reposição de quadros nas universidades por concurso públi-

co no governo FHC.

“O PCCTAE”, diz, “foi estruturado a partir da necessidade institucional de se ter um corpo técnico qualificado que pudesse permanecer na universidade”, ela diz.

“A primeira versão do PCCTAE foi alterada em 2009, e mesmo assim

algumas questões ainda não foram regulamentadas, como, por exemplo, entre outros itens, as atribuições de cargos, e o servidor sofre até hoje com isso. Mas, o que eu sei é que foi muito exitoso no âmbito da universidade estruturar a carreira dos técnicos-administrativos.

Um duplo sonho

“O nosso sonho não era só ter uma carreira, mas também de nos fazer sujeitos visíveis no processo de saber universitário”, define a dirigente da Fasubra, Rosângela Costa. Segundo ela, foi no final da década de 1980 que a categoria despertou para seu fazer na universidade e que era

necessário dar um sentido ao seu trabalho dentro da instituição.

“Daí nasce, ou se materializa, um sentimento de que nós precisávamos nos colocar como trabalhadoras e trabalhadores. Antes do PUCRCE, por exemplo, as pessoas eram recrutadas [para trabalhar na univer-

sidade] por docentes, decanos. Começamos a querer ser valorizados, mas também viver num ambiente onde fosse possível ser sujeitos e valorizados pelos serviços prestados à população. O PCCTAE faz parte de um projeto de Estado pensado a partir da concepção da ideologia desses trabalhadores, que na época eram subjugados a bedéis. Um projeto que a gente sentia necessidade de cons-

truir”, relata Rosângela.

Para dialogar com o PCCTAE, nasce, segundo a coordenadora da Fasubra, o projeto para os trabalhadores, que mais tarde foi aprovado em um congresso da Federação como A Universidade para os Trabalhadores. O projeto dos Hospitais Universitários também faz parte desse conceito de universidade. “É tudo interligado”, informa.

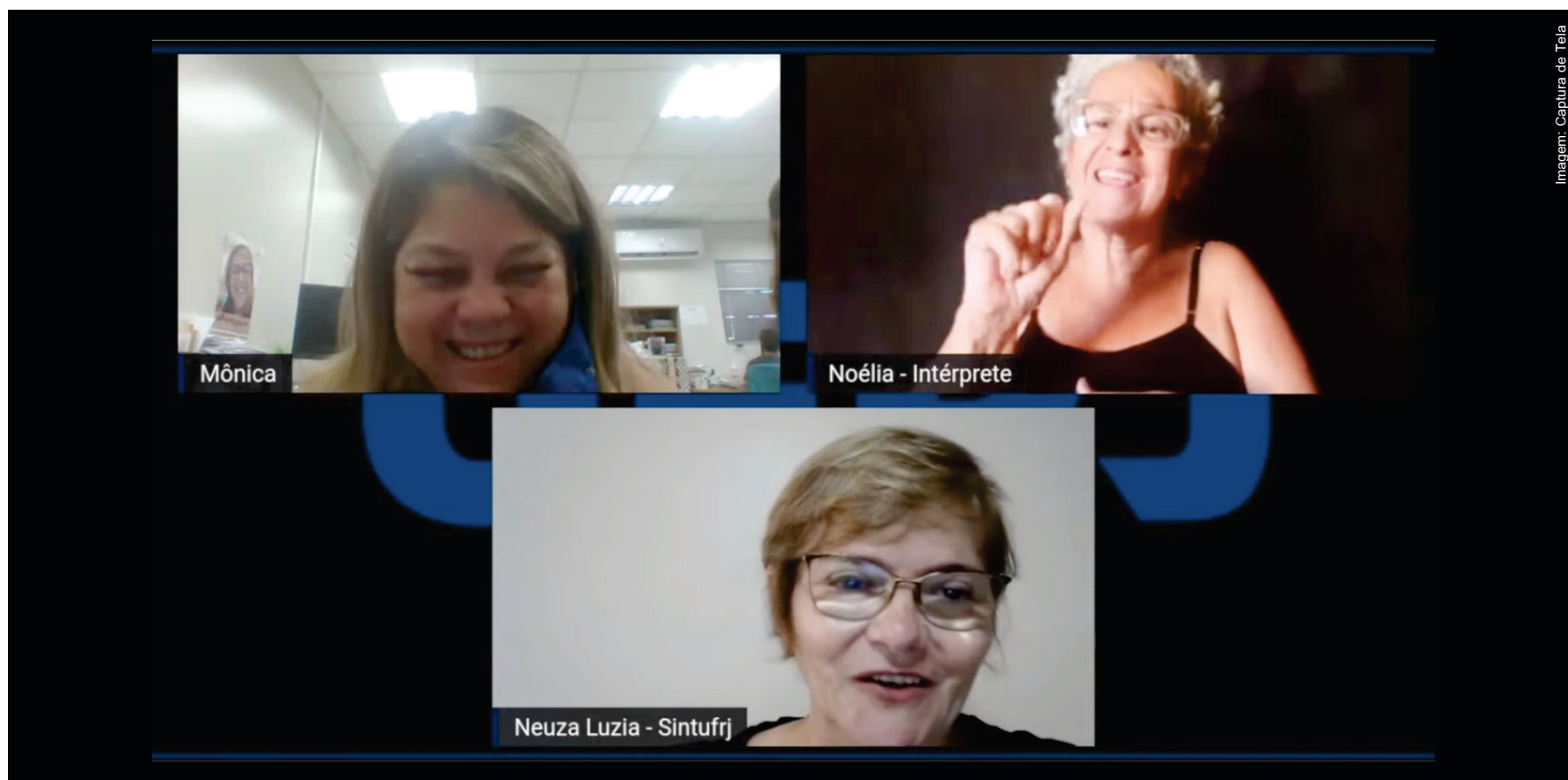


IMAGEM da apresentação virtual sobre carreira no Sintae

Carreira construída com ideologia

Na avaliação da coordenadora do Sintufrj, o desafio do momento é recuperar, junto à categoria, os valores ideológicos que sustentaram todo o processo de discussão do PCCTAE

“Foram anos de um processo de discussão rico, porque o elemento ideológico ficou permanentemente presente no debate. Isso foi apaixonante. O tempo todo discutimos uma carreira que dialogasse com o crescimento profissional dos trabalhadores, que trouxesse repercussão financeira, mas na perspectiva

de uma universidade pública, inclusiva e com qualidade diferenciada, que dialogasse com a sociedade e com os trabalhadores”, sintetiza a coordenadora do Sintufrj na sua leitura da construção do PCCTAE.

Segundo Neuza Luzia, desde que participa ou ouve falar do processo de discussão sobre a carreira, dois elementos sempre estão muito presentes: a veiculação dela ao desenvolvimento institucional e que ela traga aos servidores uma identidade enquanto trabalhadores em educação, e que as diversas profissões existentes dentro da universidade sejam unificadas por uma lógica, a do ramo de atividade.

“O trabalhador de uma universidade pública tem um papel social que o difere do da iniciativa priva-

da. Uma diferença que nos identifica como um trabalhador em educação. É dessa lógica que nasce o PCC-TAE, e esse valor ideológico tenho receio que se perdeu ao longo desses 16 anos. Eu acho que o nosso maior prejuízo é não conseguir alimentar as novas gerações com esses valores”, lamenta a dirigente sindical.

Neuza cita a greve de 2012, no governo de Dilma Rousseff, quando houve uma atualização na carreira, um ganho que não foi coletivamente valorizado como deveria. “Conquistamos a ampliação do incentivo à qualificação de graduação e pós-graduação para os níveis A, B e C”, recorda.

Na avaliação da coordenadora do Sintufrj, o desafio do momento é recuperar, junto à categoria,

os valores ideológicos que sustentaram todo o processo de discussão do PCC-TAE e reabrir o debate visando a sua adequação às necessidades da categoria.

TAREFA DA UFRJ

“Nós, da UFRJ, contribuimos muito para a construção da nossa carreira, e uma conquista importantíssima do PCCTAE foi a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CIS), para acompanhar como está sendo aplicada a carreira, ao longo do tempo, conforme foi pensada, pensar avanços necessários para sua evolução, e também a Comissão Interna de Supervisão da Carreira (CISC) em cada universidade para dialogar com a CIS. Mas,

infelizmente, a UFRJ nunca a instalou de fato. Só houve uma eleição, na época do reitor Aloísio Teixeira, mas na prática a comissão nunca existiu”, conta Neuza Luzia.

“A eleição da CISC é institucional, e a UFRJ agora tem a oportunidade de superar essa limitação e deixar de ser, se não a única, uma das poucas universidades que não tem uma Comissão Interna de Supervisão da Carreira. Essa comissão teria um pouco o papel do que é a CPPD, a comissão dos professores. A gente hoje não tem política de pessoal, ou até tem, e ela está centralizada na PR-4, e isso acaba criando uma falta de política de pessoal”, ponderou a dirigente do Sintufrj.